

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
IPEA/IPLAN-INSTITUTO DE PLANEJAMENTO  
SETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

# ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

---

VOL. 21

ESTADO DO PARANÁ

BRASÍLIA, MAIO DE 1972  
- CIRCULAÇÃO RESTRITA -

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral  
IPEA/IPLAN - Instituto de Planejamento  
Setor de Desenvolvimento Regional

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

---

Volume 21 - ESTADO DO PARANÁ

Brasília, Maio de 1972  
- CIRCULAÇÃO RESTRITA -

APRESENTAÇÃO

## ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO DOS ESTADOS

### APRESENTAÇÃO

De maneira geral, é ainda limitado o conhecimento que se tem das experiências de planejamento em curso nos vários Estados do Brasil.

Entretanto, a institucionalização irreversível do planejamento em nosso país, de um lado, e o processo crescente de integração nacional, de outro, impõem hoje um maior conhecimento mútuo das experiências de elaboração e implementação de planos, quer no âmbito nacional e regional, quer na esfera estadual. Concomitantemente, torna-se necessária uma análise mais precisa dos elementos orçamentários e financeiros que dão suporte a esse planejamento.

O presente trabalho constitui, pois, uma análise preliminar do sistema de planejamento e da situação orçamentária e financeira dos Estados do Brasil, elaborado à base dos documentos apresentados no ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO, realizado em Brasília no período de 15 a 17 de dezembro de 1971.

Foi preparado com o objetivo central de fornecer subsídios básicos ao Ministério do Planejamento no processo de consolidação do seu sistema de articulação com os Estados e Municípios.

Na análise dos aspectos de planejamento, sem pretensões de exaustividade, procurou-se preencher uma lacuna no senti

do de proporcionar uma visão global das experiências realizadas e da evolução do sistema nos vários Estados, particularizando-se ainda o quadro atual dos planos em execução..

No que concerne aos aspectos orçamentários e financeiros dos Estados, a análise abrange o quinquênio 1968/72, que se desdobra em dois períodos: um de dados observados - 1968/1970 - correspondentes aos elementos dos balanços dos Estados, e um de dados previstos - 1971/72 - com base nas respectivas propostas orçamentárias. De forma sistemática foram identificadas as variáveis principais e abordados os itens mais importantes como a evolução e composição da receita e despesas, equilíbrio orçamentário, endividamento dos Estados, etc., de modo a obter-se uma adequada base de referência para estudos posteriores. As diversas tabelas e indicadores utilizados propiciam elementos interessantes no confronto da situação observada entre os Estados e Regiões.

A fim de permitir uma abordagem regional, os dados orçamentários e financeiros foram consolidados ao nível das cinco regiões do país: NORTE (Acre, Amazonas e Pará), NORDESTE (Maranhão a Bahia), SUDESTE (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo), SUL (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e CENTRO OESTE (Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal).

A Nota Metodológica a seguir apresentada especifica os principais itens que foram objeto de análise e define os critérios que presidiram a elaboração do trabalho..

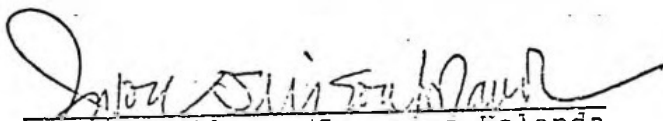
Para facilitar o manuseio do documento optou-se por sua representação em 28 volumes individuais, um para cada Estado ou Região.

O trabalho foi elaborado por uma equipe constituída pelos seguintes técnicos do IPLAN: Demóstenes Silvestre, Fernandes Filho, Fernando José de Almeida, Ivan José Barbosa Li-

ma, Nilton Romeu, Ricardo Nunes de Miranda, sob a coordenação de César Augusto Areal e Edson Sargues Prudente e a supervisão final de Paulo Dante Coelho e desta Superintendência.

Colaboraram ainda na execução do trabalho os técnicos Fernando Augusto Vieira Fernandes e Paulo Brasil.

Brasília, 2 de maio de 1972

  
Antonio Nilson Craveiro Holanda  
Superintendente do IPLAN

NOTA METODOLÓGICA

### NOTA METODOLÓGICA

Os prazos fixados para a conclusão do estudo, deliberadamente exíguos, impuseram à equipe uma compreensível concentração de esforços a fim de que os objetivos do trabalho fossem alcançados não obstante a limitação de tempo. Considerando a enorme massa de dados e informações a obter, selecionar e avaliar, impôs-se a fixação de certos critérios e definições metodológicas consoante os termos de referência iniciais do estudo e o aperfeiçoamento sucessivo da análise.

No que concerne ao Planejamento, além da abordagem de experiências anteriores de cada Estado, destaca-se no estudo o quadro da situação do sistema de planejamento estadual e as bases do atual plano em elaboração ou execução. Para dar a devida unidade ao trabalho utilizou-se como fontes bibliográficas básicas além das Notas Taquigráficas de exposições dos Secretários Estaduais de Planejamento no Encontro Nacional de Brasília, de 15 a 17/12/71, outros documentos solicitados aos Estados para aquela reunião.

Quanto aos aspectos de orçamento, a análise está limitada ao período 1968/72, contando-se para os anos de 1968/70 com dados de Balanço e para 1971/72 com os de Previsão Orçamentária.

A fim de facilitar a análise em cada Estado apresenta-se uma síntese dos principais aspectos do planejamento e orçamento como introdução desses capítulos. Igualmente os anexos incorporados em cada volume dão um detalhamento da parte de planejamento e incluem as tabelas e gráficos pertinentes à análise orçamentária e financeira.

As principais fontes bibliográficas utilizadas foram as publicações do Ministério da Fazenda através da Revista de Finanças Públicas e os respectivos balanços e orçamentos estaduais.

Além das definições clássicas da Lei 4.320/64, adotou-se ainda os seguintes critérios a respeito dos itens abordados nos aspectos orçamentários:

Receitas Próprias: compreendidas como sendo a Receita Total menos a Receita de Transferências. Dessa forma as Operações de Crédito estão incluídas no conceito.



Saldo Orçamentário Efetivo: Representado pelo Saldo Orçamentário (Receita menos Despesa) excluídas as Operações de Crédito.

Receita de Capital Efetiva: Definida como sendo a Receita de Capital menos as Operações de Crédito.

Financiamento das Despesas de Capital: O modelo utilizado considera como fonte de financiamento das Despesas de Capital o somatório dos seguintes itens:

- Saldo em Conta Corrente (SCC) ou Poupança do Governo (diferença entre a Receita e a Despesa Corrente)
- Receita de Capital Efetiva (RKe)
- Operações de Crédito (OC) e
- Saldo Orçamentário (SO), este último tomado com o sinal contrário, de acordo com a seguinte fórmula:

$$DK = SCC + RKe + OC + (SO) \quad (-1)$$

Transferências - Compreendem as Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial e as classificadas no documento como "Outras Transferências" recebidas pelos Estados à Conta dos Impostos Únicos sobre Combustíveis, Lubrificantes, Líquidos e Gasosos (IULCLG), sobre Energia Elétrica (IUEE), sobre Minerais (IUM), Auxílios e/ou Contribuições e outros de menor relevância.

#### Indicadores "Per-Capita"

Os Indicadores "per-capita" (Receita Total, Receita Própria, Transferências, Despesas de Pessoal e Capital "per-capita") foram calculados com base em estimativas de população feitas através da interpolação e extrapolação dos resultados dos Censos Demográficos de 1960 e 1970, para cada Estado, com vistas a facilitar a comparação interestadual e interregional dessas variáveis. Os números regionais e do Brasil representam a soma dos dados estaduais obtidos segundo os critérios acima referidos.

Relação dos Volumes - São os seguintes os Volumes componentes do Estudo, segundo os Estados e Regiões:

<u>ESTADOS OU REGIÕES</u>		<u>Nº VOLUME</u>
ACRE	-	1
AMAZONAS	-	2
PARÁ	-	3
<u>REGIÃO NORTE</u>	-	4
MARANHÃO	-	5
PIAUÍ	-	6
CEARÁ	-	7
RIO G. DO NORTE	-	8
PARAÍBA	-	9
PERNAMBUCO	-	10
ALAGOAS	-	11
SERGIPE	-	12
BAHIA	-	13
<u>REGIÃO NORDESTE</u>	-	14
MINAS GERAIS	-	15
ESPÍRITO SANTO	-	16
RIO DE JANEIRO	-	17
GUANABARA	-	18
SÃO PAULO	-	19
<u>REGIÃO SUDESTE</u>	-	20
PARANÁ	-	21
SANTA CATARINA	-	22
RIO G. DO SUL	-	23
<u>REGIÃO SUL</u>	-	24
MATO GROSSO	-	25
GOIÁS	-	26
DISTRITO FEDERAL	-	27
<u>REGIÃO CENTRO-OESTE</u>	-	28

INDICE

## ÍNDICE

A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DO PARANÁ

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DO ESTADO DO PARANÁ

C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO DO PARANÁ

1. Avaliação Global do Orçamento
2. Análise da Receita
3. Análise da Despesa
4. Análise do Equilíbrio Orçamentário e Financiamento das Despesas de Capital
5. O Endividamento do Estado

D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

E - ANEXOS

I.- O Planejamento Estadual

II- Situação Orçamentária - Tabelas

A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DO PARANÁ

#### A. O PLANEJAMENTO ESTADUAL NO PARANÁ

Por motivos que são explicitados a seguir, não se torna possível apresentar a estrutura e a evolução do sistema estadual de planejamento, bem como considerações mais detalhadas sobre o atual Plano de Governo, empossado em fins de 1971.

## A. O PLANEJAMENTO ESTADUAL NO PARANÁ

A situação particular do Estado, com o Secretário de Planejamento tendo assumido as funções dois dias antes do Encontro, impediram a apresentação dos textos e documentos pedidos. Algumas notas de sua exposição, no entanto, permitem uma vaga idéia do sistema de planejamento do Estado.

Não foi ainda montado no Paraná um sistema de planejamento e coordenação orgânicamente estruturado, nem possui seu governo um plano de desenvolvimento global devidamente elaborado. Atribuiu-se esta situação às características próprias da evolução do Estado no último decênio. As grandes reivindicações sociais traduziram-se em políticas de investimento setoriais definidas, de objetivos concretos, para cuja formulação e execução um sistema de planejamento não foi julgado condição necessária, dado o nível de recursos disponíveis.

Estes motivos são apontados para o fato de que o único órgão de planejamento no Estado, a Comissão do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná - PLADEP - criada pela Lei 2.431, de 3 de Setembro de 1955, nunca ter sido mais do que um órgão de estudos. Sobrevivendo ainda, após sucessivas modificações, não desempenha qualquer função de planejamento propriamente dito.

Em 1962 foi criada a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná - CODEPAR -, empresa de economia mista, com a finalidade principal de aplicar o Fundo de Desenvolvimento Econômico instituído pelo governo estadual. Essa Companhia chamou a si a preocupação do Governo em coordenar o desenvolvimento econômico do Estado. O Plano de Governo de 1965 foi coordenado pela CODEPAR.<sup>1/</sup> Em 1968 essa Companhia foi transformada no Banco de Desenvolvimento do Paraná -

---

<sup>1/</sup> Não há maiores informações sobre a natureza do Plano de Governo elaborado em 1965.

- BADEP - que continuou atuando efetivamente nos trabalhos de planejamento e de estudos econômicos.

Constatada, nos últimos anos da década, que deixaram de existir as condições que tornaram o planejamento desnecessário, o governo empossado em março de 1970 organizou um escritório de estudos e de planejamento, que realizou uma série de trabalhos de preparação da ação governamental. Foram feitos um diagnóstico da situação administrativa, um breve diagnóstico da economia estadual, diversos planos setoriais de metas e um documento geral de intenções. Foi esquematizado um sistema de planejamento associado à execução financeira, que deveria ser o eixo principal de funcionamento do governo na área econômico-financeira.

O sistema previa um entrosamento funcional de diversas entidades, cada uma com seu papel específico, tendo como centro um órgão colegiado dotado de aparelho executivo. Algumas dessas entidades deveriam ser criadas, enquanto outras surgiriam de reformas ou simples modificações em organismos já existentes. Até este momento o sistema não foi montado, o que deixou o Estado sem um órgão de planejamento e coordenação.

O Governo que se instalou em 1970 teve oportunidade de trabalhar, durante oito meses, em um plano que até hoje não foi divulgado, plano esse bem desenvolvido nas áreas setoriais. Entretanto, a compatibilização dele não foi possível, por motivos atribuídos ao seu alcance que seria para uma década e ao perfeccionismo procurado. O Plano, que se encontrava com sua elaboração bastante adiantada, não deve ser oficializado pelo novo governo. Devem ser introduzidas algumas alterações de filosofia e de metas e intenções setoriais. O Governo atual, recentemente empossado, iniciou uma revisão geral de métodos e objetivos, ao mesmo tempo em que procurará completar o seu plano, que seria provavelmente ultimado em abril/maio de 1972.



As observações sobre o Planejamento Estadual no Paraná ,  
aqui expostas, foram colhidas das Notas Taquiográficas da Exposição  
do Secretário de Planejamento do Estado do Paraná, no Encontro Na-  
cional de Secretários de Planejamento -Brasília, dezembro de 1971

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS  
DO ESTADO DO PARANÁ

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS  
DO ESTADO DO PARANÁ

1. Orçamento para 1972: 1.684,3 milhões de cruzeiros.

2. Participação relativa da Receita Estadual (%):

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita da Região	32,3	31,6	32,8
- s/Receita Total dos Estados	4,6	4,6	5,3

3. Crescimento da Receita Total em termos reais (% a.a.):

	<u>Estado</u>	<u>Região</u>
1968/70	+ 10,8	- 0,9
1971/72	+ 19,0	+ 32,2

4. Crescimento da Receita de Capital em termos reais (% a.a.):

	<u>Estado</u>	<u>Região</u>
1968/70	+ 12,3	- 6,4
1971/72	+ 64,5	+ 83,1

5. Participação relativa na Receita Total (%):

	ICM	TRANSFERÊNCIAS			Total
		F.Particip.	F.Especial	Outras(*)	
1968	81,3	8,3	-	1,2	9,5
1970	76,0	3,8	1,2	-	5,0
1972	63,9	3,5	-	1,0	4,5

(\*) - Inclusive Quotas Partes dos Impostos Únicos s/Energia, Combustíveis e Lubrificantes, Minerais do País.

6. Receita Própria "Per-Capita" do Estado (Inclusive Operações de Crédito)

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita "Per-Capita" da Região (%)	78,3	76,0	76,9
- s/Receita "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	65,7	65,3	73,6

7. Receita de Transferência "Per-Capita" do Estado

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" da Região (%)	89,7	64,7	62,2
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	54,8	32,1	25,6

8. Despesas de Pessoal s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	38,3	39,4	32,3
Região	36,8	34,6	30,4
Total dos Estados	34,9	31,7	27,5

9. Despesas de Capital s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	30,2	34,1	37,6
Região	25,6	28,0	31,6
Total dos Estados	24,0	27,6	30,6

10. Composição da Dívida em 1970 (%) :

FLUTUANTE	FUNDADA	EXTERNA
77,6	0,6	21,8

11. Participação Relativa da Dívida s/Receita Total-1970-(%) :

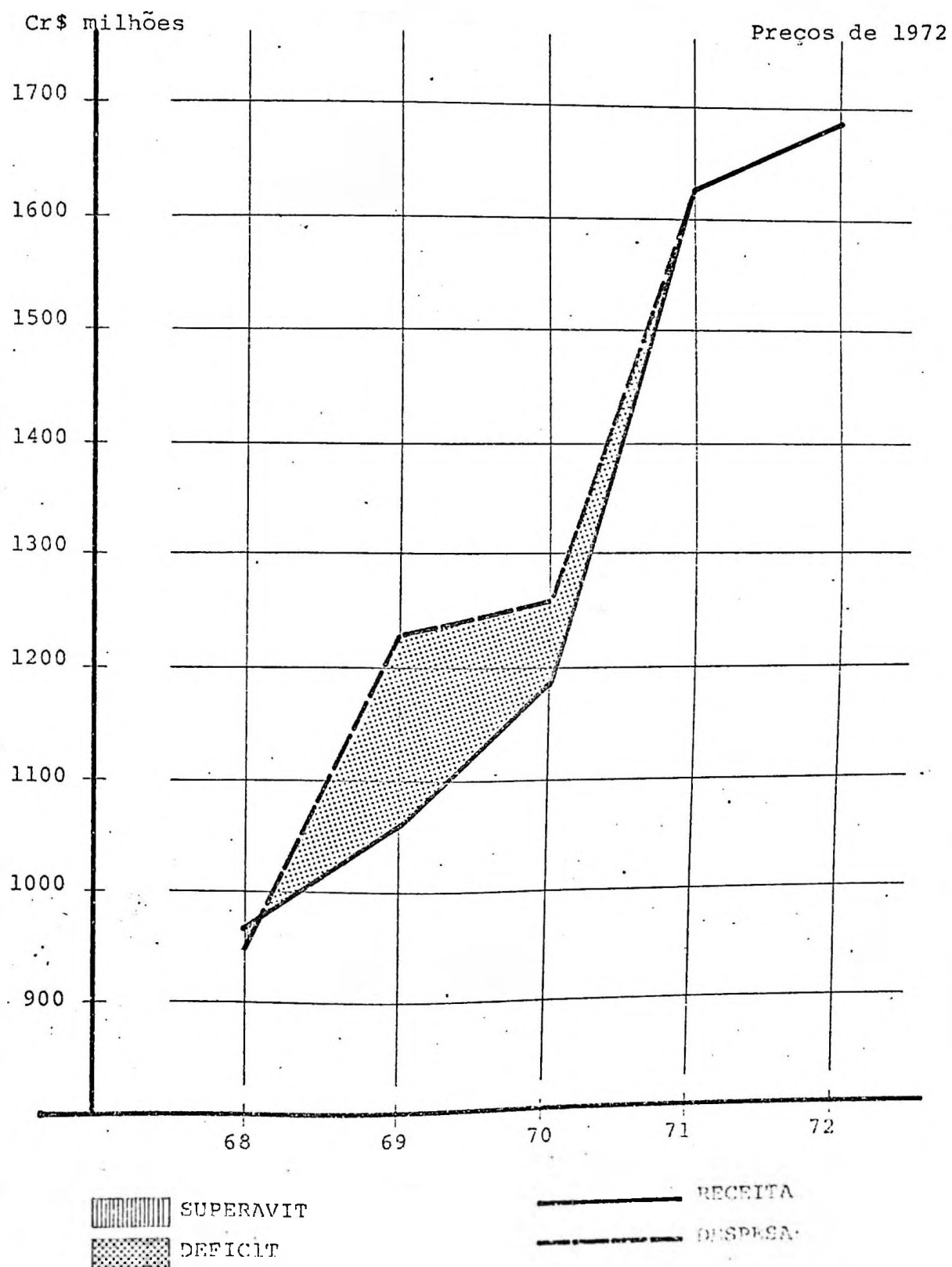
54,9

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
12. Operações de Crédito s/Receita Total (%) :	1,9	8,4	19,4
13. Amortizações + Juros s/Receita Total (%) :	0,2	0,4	4,7

14. Superavít (+) ou Déficit (-) efetivo sobre a Receita Total (%) :

1968	1970
+ 0,2	- 14,2

ESTADO DO PARANÁ  
COMPARATIVO ENTRE RECEITA E DESPESA  
1968/1972



C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
DO ESTADO DO PARANÁ

C. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
DO ESTADO DO PARANÁ

1 AVALIAÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

1.1 O Orçamento em 1972

O Orçamento do Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 1972, fixa a Despesa e estima a Receita no montante de Cr\$ 1.684,3 milhões.

1.1.1 A Posição Relativa da Receita

A Receita realizada no sub-período 1968/70 e a Receita estimada para o sub-período 1971/72, tomadas em relação ao somatório das Receitas dos Estados da Região, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do Distrito Federal e a Receita da União, conforme se apresenta abaixo, evidenciam uma melhoria relativa da Receita do Estado para os anos de 1971/72. Esta melhoria resulta, principalmente, do incremento da Receita do Estado, em termos reais, estimadas nos Orçamentos daqueles anos.<sup>1/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Receita Estadual/Receita da Região Sul:	32,3	33,3	31,6	35,2	32,8
Receita Estadual/Receitas dos Estados:	4,6	4,4	4,6	5,9	5,3
Receita Estadual/Receita da União:	4,2	4,1	4,4	6,3	5,2

---

<sup>1/</sup> Tabelas BR - 1.3, 1.4 e 1.5

Todas as tabelas citadas com a referência - BR - encontram-se no anexo II, do volume 24.

Os gráficos I, II e III, apresentados no anexo I do volume 24, mostram a posição relativa da Receita do Estado, nos anos de 1968, 1970 e 1972, com relação aos demais Estados da Região Sul, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do Distrito Federal e à Receita da União. Verifica-se por eles que o Paraná é o segundo Estado da Região em participação percentual quanto a esses três parâmetros.

### 1.1.2 Evolução da Receita em Termos Reais

A evolução da Receita (realizada e prevista) em termos reais, como indicam os dados abaixo, mostra uma tendência regularmente ascendente ao longo do período 1968/72:<sup>1/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968 = 100):	100	110	123	168	174
Acrêscimos Anuais:	-	+ 9,5	+ 12,1	+ 36,9	+ 3,5

No sub-período 1968/70 (dados de Balanço) verificou-se um crescimento a uma taxa da ordem de 10,9% a.a.. No sub-período 1971/72 (dados de Orçamento) as previsões de seus valores implicam em uma taxa estimada\* da ordem de 18,9% a.a..

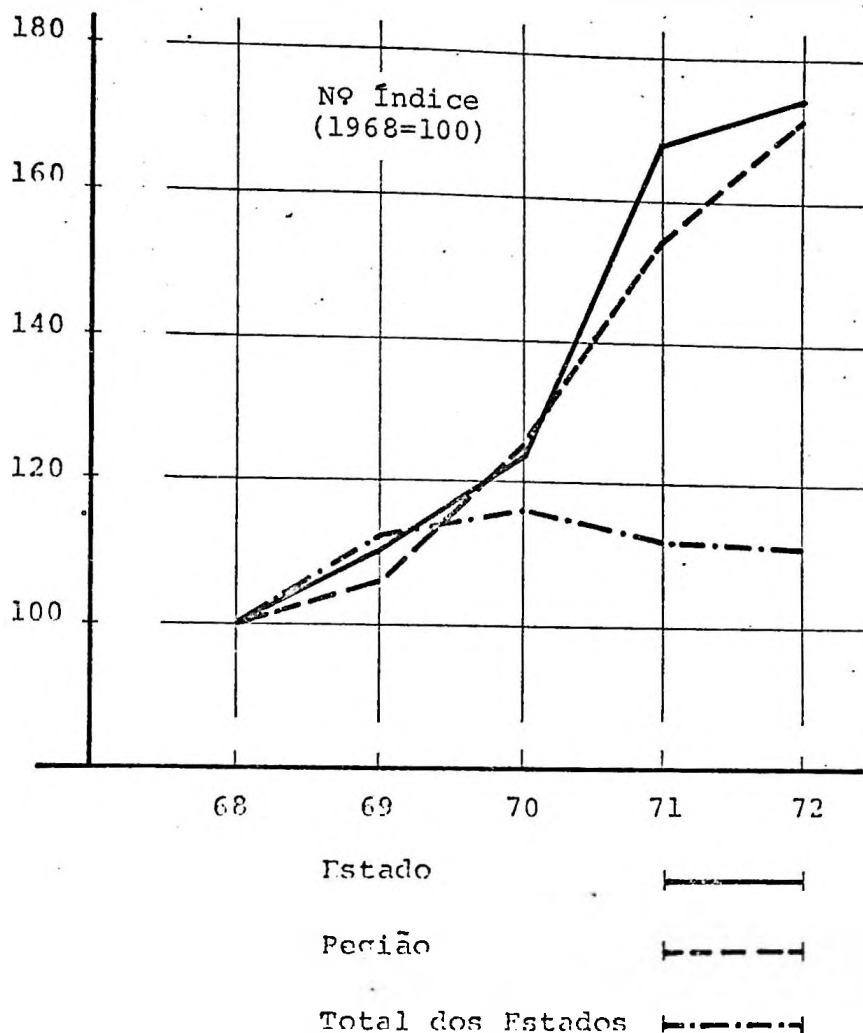
O gráfico seguinte apresenta o crescimento, em termos reais, da Receita do Estado do Paraná, da Receita da Região e do somatório das Receitas dos Estados e do Distrito Federal:<sup>2/</sup>

<sup>1/</sup> Tabelas PR - 1.2 e 1.3, apresentadas no Anexo II deste volume.

<sup>2/</sup> Tabela BR - 1.2

(\*) A taxa estimada de crescimento para o sub-período 1971/72, referida neste item e nos que se seguem, foi calculada tomando-se como base o último ano de Balanço (1970). Este procedimento visou correlacionar as tendências diversas assumidas nos sub-períodos 68/70 e 71/72, construídos, respectivamente, com dados de balanço e previsão orçamentária.





### 1.1.3 Evolução da Despesa em Termos Reais

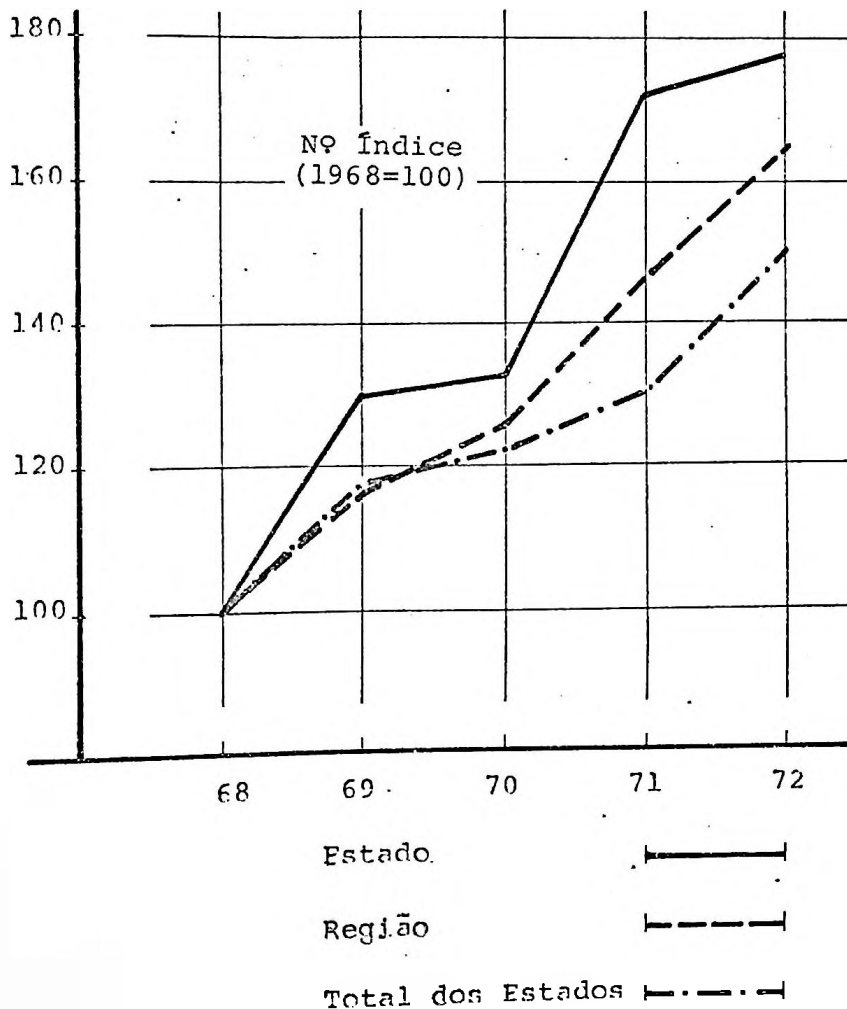
A evolução da Despesa (realizada e prevista) em termos reais, conforme o quadro abaixo, mostra, do mesmo modo que a Receita, um comportamento regularmente ascendente ao longo do período 1968/72<sup>1/</sup>:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968 = 100):	100	130	133	172	178
Acrêscimos Anuais:	-	+ 29,7	+ 2,3	+ 29,4	+ 3,5

<sup>1/</sup> Tabelas PR - 1.2 e 1.3

As taxas de crescimento para os dois sub-períodos são equivalentes: taxa realizada da ordem de 15,3% a.a. (sub-período 1968/70) e taxa estimada da ordem de 15,7% a.a. (sub-período 1971/72).

O gráfico abaixo apresenta o crescimento, em termos reais, da Despesa do Estado, da Despesa da Região e do somatório das Despesas dos Estados e do Distrito Federal.<sup>1/</sup>



<sup>1/</sup> Tabela BR - 3.1

## 2 ANÁLISE DA RECEITA

A análise da Receita se desdobrará em duas etapas:

2.1 análise segundo as categorias econômicas

2.2 análise segundo a origem.

Neste segundo sub-item será dado destaque ao ICM e as Transferências e sua posição relativa no Orçamento.

### 2.1 Análise Segundo as Categorias Econômicas

O gráfico V, apresentado no anexo I do volume 24, mostra as Receitas dos Estados da Região Sul, nos anos 1968, 1970 e 1972, desdobradas em Receitas Correntes e de Capital.<sup>1/</sup>

No Paraná, a participação percentual das Receitas de Capital na Receita Total é bastante próxima à participação do somatório das Receitas de Capital da Região no total de Receitas da Região e, no decorrer do período, passa a ser pouco superior à participação do somatório das Receitas de Capital do conjunto dos Estados no total de Receitas dos Estados. As modificações na composição da Receita Total do Paraná seguem tendência semelhante à verificada para a Região e para o conjunto dos Estados: as Receitas de Capital (realizadas e previstas) mostram-se elevando sua participação relativa.

#### 2.1.1 Evolução em Termos Reais das Receitas Correntes e de Capital

A evolução das Receitas Correntes, em termos reais, processou-se a uma taxa da ordem de 10,5% a.a. no sub-período 1968/70. Já para o sub-período 1971/72 as estimativas para as Receitas Correntes levam a um ligeiro aumento da taxa de crescimento (da ordem de 12,0% a.a.).

---

<sup>1/</sup> Tabela BR - 2.6

As Receitas de Capital apresentaram, em termos reais, uma evolução bastante irregular no sub-período 1968/70: representaram em 1969 apenas 50% de seu valor em 1968 e em 1970 elevam-se 26% em relação a 1968. Já no sub-período referente aos dados de Balanço suas estimativas induzem a uma elevada taxa de crescimento da ordem de 64,5% a.a.

O quadro abaixo mostra a evolução, em termos reais, das Receitas Correntes e de Capital:<sup>1/</sup>

Receita Corrente e de Capital

Nº Índice - 1968 = 100

ANO	RECEITA CORRENTE	CAPITAL
1968	100	100
1969	117	50
1970	122	126
1971	151	298
1972	153	341

2.1.2 A Composição Percentual da Receita Segundo as Categorias Econômicas

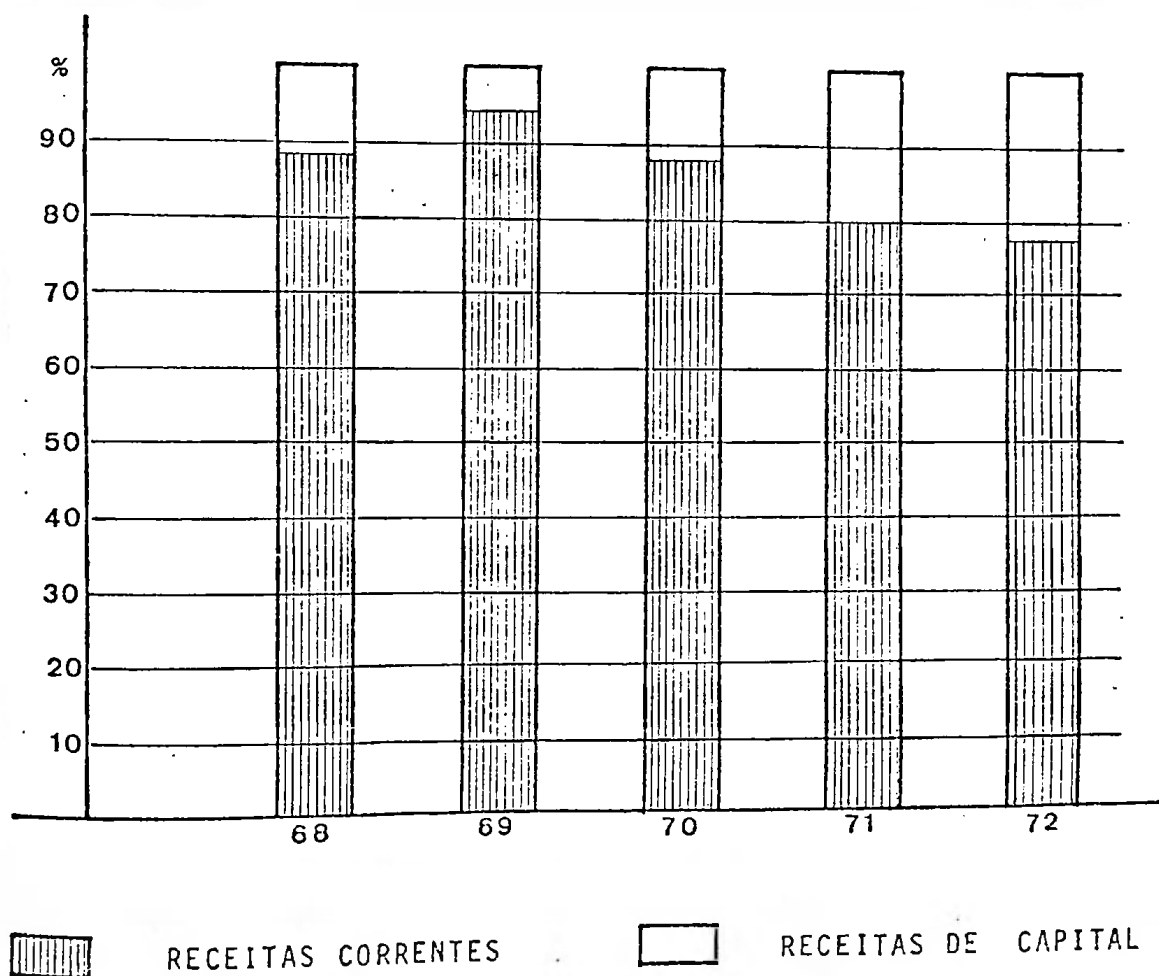
O descompasso do ritmo de crescimento entre Receitas Correntes e de Capital implicou numa modificação da composição do Total de Receitas, observando-se:

a) no primeiro sub-período verificou-se uma composição relativamente estável nos anos de 1968 e 1970 e, em 1969, um sensível declínio da participação das Receitas de Capital.

<sup>1/</sup> Tabela PR - 1.2 e 1.3

b) no segundo sub-período preve-se significativo aumento da participação relativa das Receitas de Capital como decorrência de suas elevadas estimativas.

O gráfico abaixo mostra a composição percentual da Receita:<sup>1/</sup>



<sup>1/</sup> Tabela PR - 1.1

## 2.2 Análise Segundo a Origem

O Gráfico VI, apresentado no anexo I do volume 24, mostra, para os anos 1968, 1970 e 1972, a comparação das Receitas dos Estados da Região Sul, desdobradas em Próprias e Transferências<sup>1/</sup>

No Paraná, as Transferências têm uma participação percentual na Receita Total bastante próxima à participação do Total de Transferências recebidas pela Região e inferior à participação do Total de Transferências recebidas pelo conjunto dos Estados nas respectivas Receitas Totais.

### 2.2.1 Evolução em Termos Reais das Receitas Próprias e Transferências

A evolução das Receitas Próprias (realizada e prevista) em termos reais, conforme os dados abaixo, evidencia um ritmo regularmente ascendente ao longo do período 1968/72:<sup>2/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índices (1968 = 100) :	100	116	129	178	184
Acréscimos Anuais:	-	+16,5	+10,5	+38,3	+3,1

As taxas de crescimento realizada e estimada são, respectivamente, da ordem de 13,6% a.a. e 19,4% a.a.

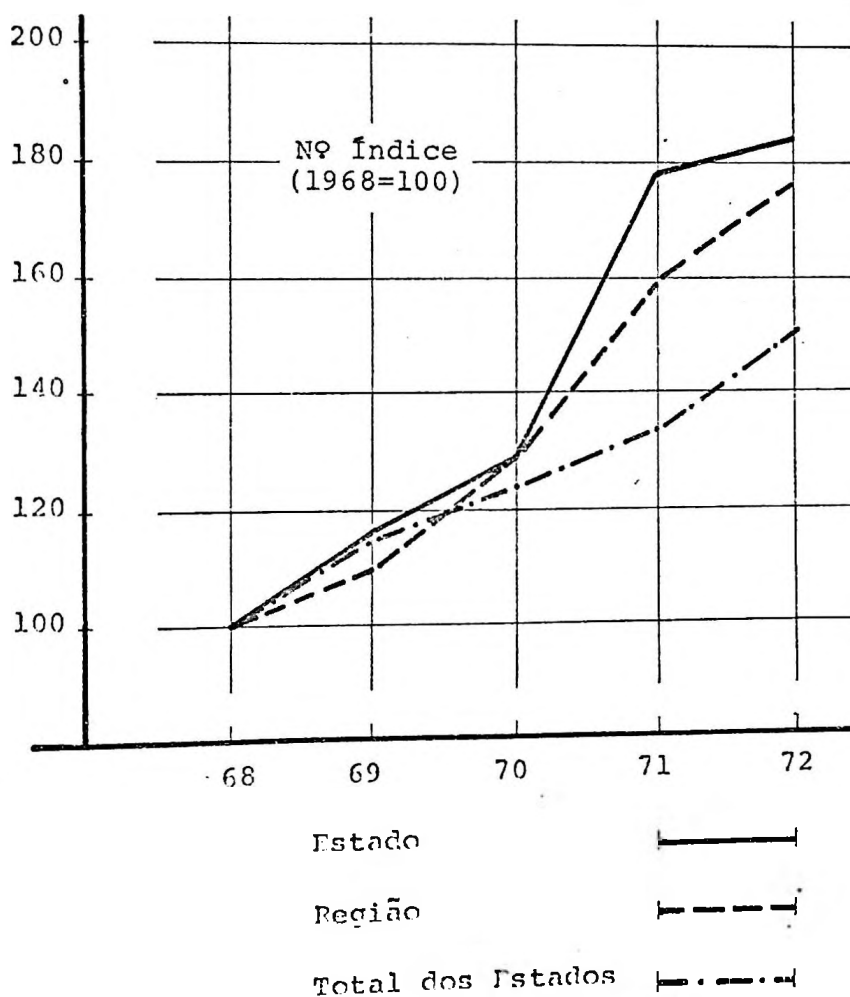
O comportamento observado para as Receitas Próprias, tanto no sub-período de Balanço como no de Orçamento, decorre dos incrementos, realizados e previstos de seus componentes, isto é, ICM, Operações de Crédito e "Outras Receitas Próprias". Ressalta-se o formidável crescimento experimentado pelas Operações de Crédito no sub-período 1968/70 de (Cr\$ 18,8 milhões em 1968 para Cr\$ 100,4 milhões em 1970) e

<sup>1/</sup> Tabela BR- 2.2

<sup>2/</sup> Tabelas PR- 2.2 e BR- 2.1

crescimento previsto no sub-período 1971/72 (Cr\$ 284,2 milhões em 1971 e Cr\$ 327,0 milhões em 1972).

O gráfico abaixo apresenta o crescimento em termos reais das Receitas Próprias do Estado, da Região e do total de todos os Estados e Distrito Federal:<sup>1/</sup>



<sup>1/</sup> Tabela ER- 2.1.

As Transferências, em termos reais, no sub-período 1968/70 apresentaram-se acentuadamente decrescentes (Cr\$ 92,0 milhões em 1968, Cr\$ 39,0 milhões em 1969 e Cr\$ 60,0 milhões em 1970). No sub-período 1971/72 as estimativas indicam uma ligeira ascensão, porém sem atingir o valor absoluto de 1968 (Cr\$ 66,3 milhões em 1971 e Cr\$ 75,5 milhões em 1972). Os dados abaixo mostram essa evolução:<sup>1/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968 = 100):	100	42	65	92	82
Acréscimos Anuais:	-	- 57,6	+ 53,9	+ 10,5	+ 13,9

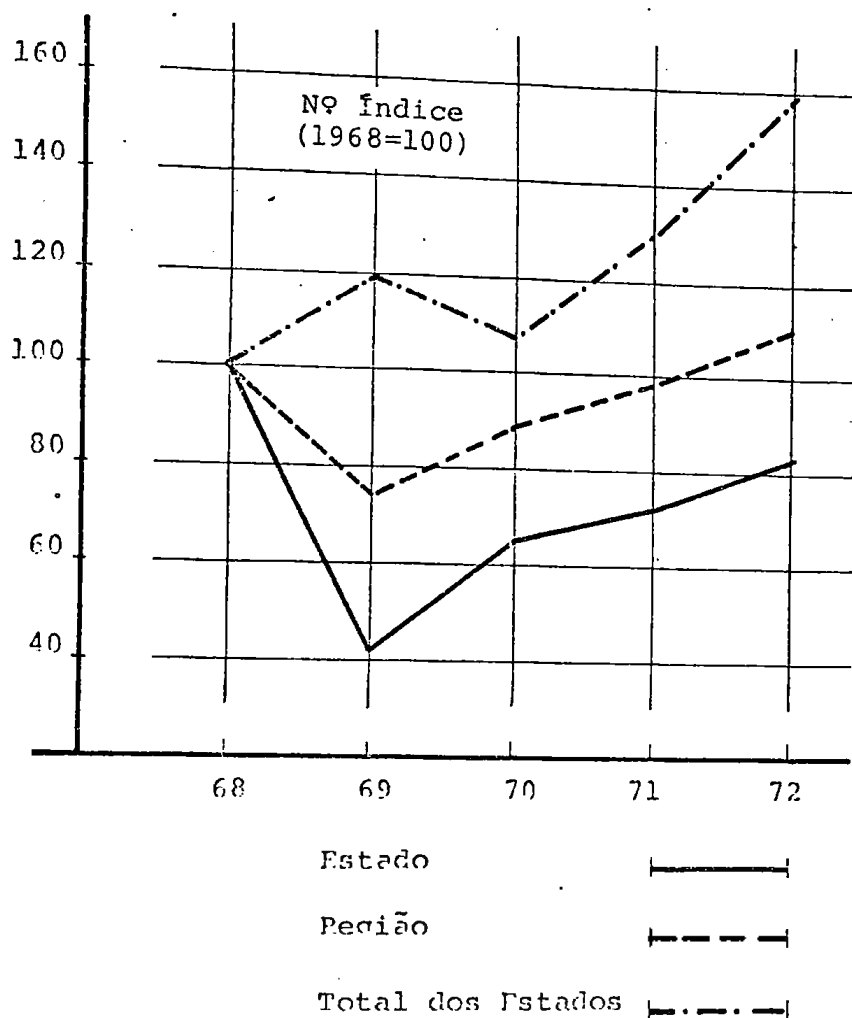
A observação dos valores de Transferências sugere que talvez 1968 seja um ano em que as mesmas foram excepcionalmente elevadas.

O gráfico seguinte apresenta a evolução, em termos reais, das Transferências recebidas pelo Estado, pela Região e pelo Total dos Estados e Distrito Federal.<sup>1/</sup>

---

<sup>1/</sup> Tabelas PR - 2.2 e BR - 2.1





### 2.2.2 O ICM

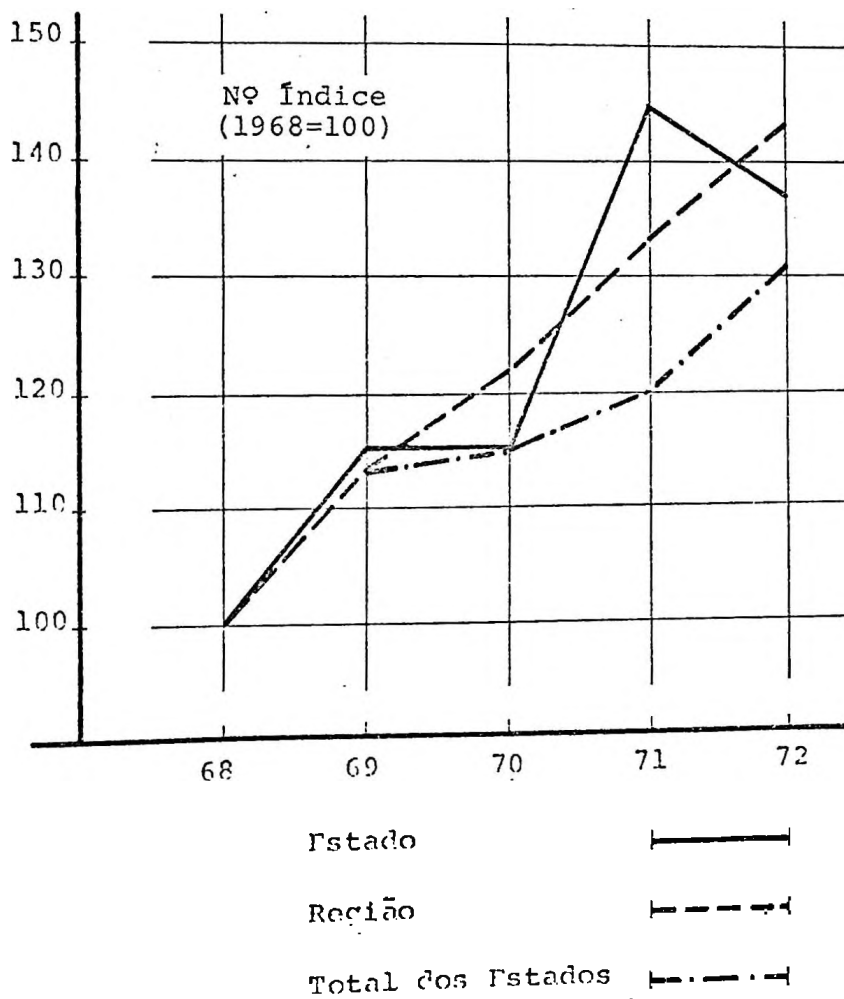
O ICM, principal componente das Receitas Próprias, contribuiu para o Total de Receitas do Estado no sub-período 1968/70 com cerca de 83%. No sub-período subsequente estima-se que a sua participação decline atingindo, em 1972, um percentual da ordem de 64%.<sup>1/</sup>

Em termos reais, o ICM evoluiu a uma taxa da ordem de 7,2% a. a. no sub-período 1968/70. No sub-período de Orçamento estima-se que seu crescimento se efetue a uma taxa mais elevada, da ordem de 9,1% a.a.<sup>2/</sup>

<sup>1/</sup> Tabela PR - 2.1

<sup>2/</sup> Tabela PR - 2.2

O gráfico seguinte mostra a evolução, em termos reais, do ICM arrecadado pelo Estado, pela Região e pelo total dos Estados e Distrito Federal:<sup>1/</sup>



<sup>1/</sup> Tabela BR - 2.1.1

O gráfico VII, apresentado no anexo I do volume 24, mostra a proporção do ICM no total de Receitas para os Estados da Região Sul e para o conjunto dos Estados e Distrito Federal, nos anos de 1968, 1970 e 1972.<sup>1/</sup>

No Paraná, a participação relativa do ICM na composição da Receita Total é próxima à participação do total do ICM arrecadado pelos Estados da Região e pelo conjunto dos Estados nas suas respectivas Receitas Totais. As modificações na composição da Receita Total, segundo ICM e "Outras Receitas", seguem tendência semelhante tanto no Paraná como na Região e no conjunto dos Estados isto é, o ICM vem diminuindo sua participação percentual na Receita Total.

### 2.2.3 A Composição Percentual da Receita Segundo a Origem

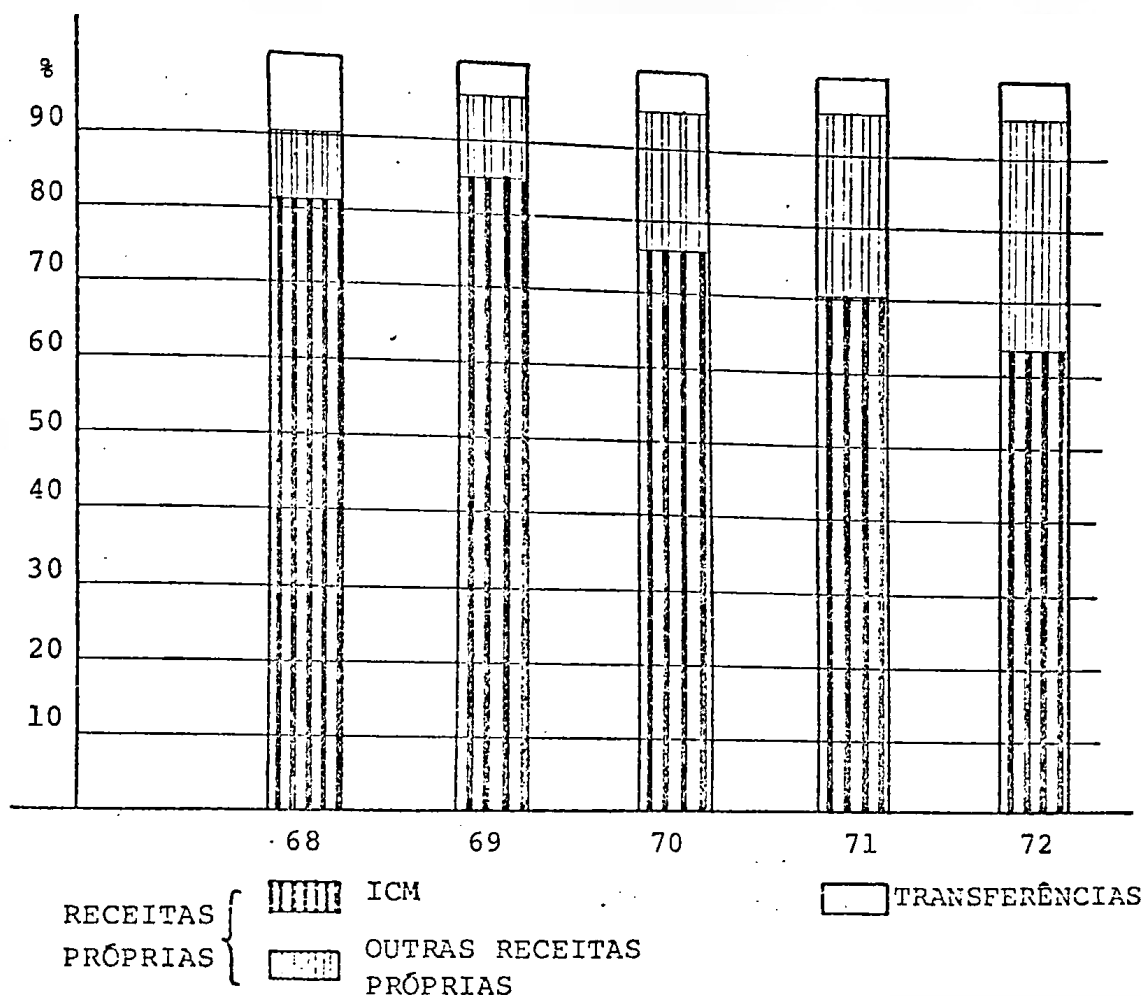
A evolução (realizada e prevista) observada para as Receitas Próprias e Transferências ao longo do período 1968/72 implicou em que as primeiras apresentassem uma participação relativa no Total de Receitas em torno de 90% em 1968, elevando sua participação nos anos restantes do período porém apresentando um percentual sem grandes variações nesses anos (em média 95,6%).

O gráfico seguinte mostra a composição percentual da Receita:<sup>2/</sup>

---

<sup>1/</sup> Tabela BR - 2.2.1 -

<sup>2/</sup> Apesar das Operações de Crédito não estarem destacadas no gráfico, a magnitude de sua participação estimada no último sub-período é bastante para alterar a posição relativa do ICM. Seus coeficientes percentuais em relação ao total da Receita são os seguintes: 1968 - 1,9; 1969 - 3,1; 1970 - 8,4; 1971 - 17,5 e 1972 - 19,4.

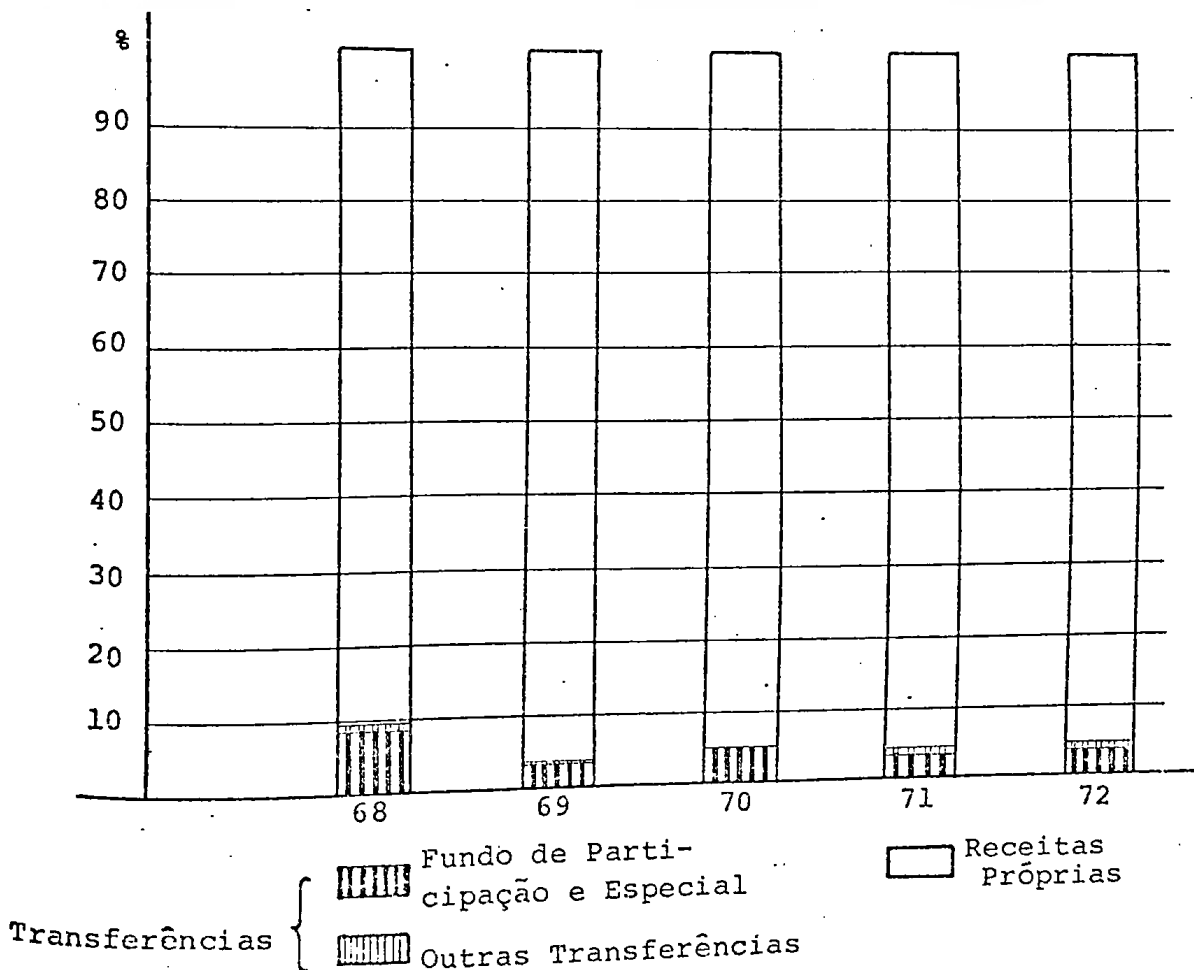


#### 2.2.4 As Transferências e sua Posição Relativa no Total das Receitas

As Transferências, no sub-período referente a dados de Balanço, apresentaram-se com uma participação relativa no Total de Receitas de 9,5% em 1968 (como decorrência de seu elevado valor verificado neste ano), decaindo nos anos restantes do sub-período (3,7% em 1969 e 5,0% em 1970). No sub-período referente a dados de Orçamento estima-se que sua participação relativa média situe-se em torno de 4,3% (os percentuais anuais apresentam pequeno desvio em relação a esta média).

Devido ao fato da participação relativa (realizada e prevista) das "Outras Transferências ser insignificante no período 1968/72, os Fundos<sup>1/</sup>, em conjunto, apresentam uma participação relativa (realizada e prevista) semelhante ao Total de Transferências: 8,3% em 1968, 3,3% em 1969, 5,0% em 1970 e média de 3,3% em 1971/72. O comportamento do Total dos Fundos, por sua vez, deve-se basicamente ao Fundo de Participação dos Estados (participação relativa de 8,3% em 1968 e participação média de 3,4% entre 1969/72), uma vez que o Fundo Especial só aparece em 1970.

As modificações ocorridas na composição das Transferências podem ser visualizadas no gráfico seguinte:<sup>2/</sup>



<sup>1/</sup> Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial.

<sup>2/</sup> Tabela PR - 2.3

Os gráficos VIII e IX, apresentados no anexo da PI do volume 24, mostram, para os anos 1968, 1970 e 1972, a comparação das Transferências e dos Fundos de Participação recebidos pelos Estados da Região Sul relativos ao total de Transferências e Fundos de Participação recebidos por todos os Estados da Federação e do Distrito Federal.<sup>1/</sup>

Quanto ao gráfico VIII (Distribuição Espacial das Transferências) observa-se que o Paraná, do mesmo modo que a Região Sul, apresenta uma participação relativa decrescente no Total de Transferências recebidas pelo conjunto dos Estados.

Quanto ao gráfico IX (Distribuição Espacial dos Fundos) verifica-se que o Paraná apresenta uma participação relativa decrescente no total de Fundos de Participação recebidas pelo conjunto dos Estados; a participação relativa da Região apresenta-se relativamente estagnada.

O quadro abaixo apresenta a participação percentual do Paraná no Total de Transferências e Fundos de Participação recebidos pelo conjunto dos Estados da Federação:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Transferências:	3,9	1,4	2,4	2,2	2,0
Fundos:	6,7	3,5	5,9	5,0	4,7

#### 2.2.5 Receitas em Termos "Per-Capita"

##### Receitas Próprias "Per-Capita"

No Paraná, as Receitas Próprias "per-capita" (realizadas e previstas) em termos reais, conforme o gráfico X apresentado no anexo I do volume 24,<sup>2/</sup> mostram-se inferiores às Receitas Próprias "per-capita" calculadas para a Região Sul e às calculadas para o conjunto dos Estados. Como tendência, observa-se que as Receitas Próprias "per-capita" calculadas aos três níveis apresentam-se crescentes no período 1968/72.

<sup>1/</sup> Tabelas PP-2.3.

<sup>2/</sup> Tabelas BR-2.3.

Em 1968, êsse indicador para o Paraná era de 138,10 Cr\$/hab., representando, respectivamente, 78 e 66% das suas correspondentes para a Região e para o conjunto dos Estados. Já em 1972, as Receitas Próprias "per-capita" estão estimadas em 208,60 Cr\$/hab., representando, respectivamente, 77% e 73% das suas correspondentes para a Região e para o conjunto dos Estados. Dessa forma, verifica-se que o Estado vem melhorando sua posição em relação ao conjunto dos Estados e mantendo posição em relação à Região.

#### Transferências "Per-Capita"

No Paraná, as Transferências "per-capita" (realizadas e previstas), em termos reais, conforme o gráfico XI apresentado no anexo da primeira parte,<sup>1/</sup> mostram-se inferiores às Transferências "per-capita" calculadas para a Região Sul e para o conjunto dos Estados. Como tendência, observa-se que as Transferências "per-capita" calculadas para o Estado e para a Região, excluindo-se 1968 em que são bastante elevadas em relação aos demais anos, apresentam-se crescentes no período 1969/72.

Em 1969, os valores observados eram de 5,90 Cr\$/hab., representando, respectivamente, 50% e 19% das suas correspondentes para a Região e para o conjunto dos Estados. Em 1972, seu valor está estimado em Cr\$ 9,60/hab. e representa, respectivamente, 62% e 25% do seu correspondente para a Região e para o conjunto dos Estados.

Portanto, verifica-se que, excluindo-se 1968, o Estado vem melhorando sua posição em relação à Região e ao conjunto dos Estados.

---

<sup>1/</sup> Tabelas ER - 2.3 e PR - 2.4

### 3. ANÁLISE DA DESPESA

A abordagem do item Despesa será efetuada segundo:

- a) as categorias econômicas;
- b) as funções.

#### 3.1. Análise Segundo as Categorias Econômicas

O gráfico XII, apresentado no anexo I do volume 24, mostra, para os anos 1968, 1970 e 1972, a composição percentual das Despesas dos Estados da Região Sul segundo as categorias econômicas.<sup>1/</sup>

No Paraná, a participação relativa das Despesas Correntes (realizadas e previstas) na composição da Despesa Total é inferior à participação do somatório das Despesas Correntes da Região e do conjunto dos Estados na Despesa Total para a Região e para os Estados. As modificações na composição da Despesa Total aos três níveis mostram as Despesas de Capital aumentando sua participação relativa.

##### 3.1.1. Evolução em Termos Reais das Despesas Correntes e de Capital

O crescimento das Despesas Correntes, em termos reais, processou-se a uma taxa da ordem de 11,8% a.a. no sub-período 1968/70. No sub-período 1971/72 estima-se um crescimento a uma taxa ligeiramente superior à verificada no sub-período anterior (12,8% a.a.).

O comportamento observado para as Despesas Correntes no primeiro sub-período resultou do crescimento verificado para os seus componentes isto é, as Despesas com Pessoal e "Outras Despesas Correntes" apresentaram taxas de 17,0% a.a. e 5,8% a.a., respectivamente. A estimativa de seu comportamento no segundo sub-período decorre, também das previsões de crescimento para aqueles itens: Despesas com

---

<sup>1/</sup> Tabela BR - 3.3 -



com Pessoal e "Outras Despesas Correntes" com taxas estimadas da ordem de 4,6% a.a. e 23,2% a.a. respectivamente.

O crescimento das Despesas de Capital, em termos reais, deu-se a uma taxa da ordem de 22,1% a.a. no sub-período 1968/70. NO sub-período 1971/72 está previsto um crescimento bastante próximo ao verificado no primeiro sub-período (taxa estimada da ordem de 21,8% aa).

O quadro abaixo ilustra a evolução, em termos reais, das Despesas Correntes e de Capital:<sup>1/</sup>

Nº ÍNDICE - 1968 = 100

ANO	DESPESA CORRENTE	CAPITAL
1968	100	100
1969	124	143
1970	125	149
1971	152	217
1972	159	221

O gráfico XIII, apresentado no anexo I do volume 24, mostra para os anos 1968, 1970 e 1972 a comparação das Despesas com Pessoal para os Estados da Região.<sup>2/</sup>

No Paraná, as Despesas com Pessoal, da mesma forma que as da Região, têm uma participação percentual decrescente na Despesa Total.

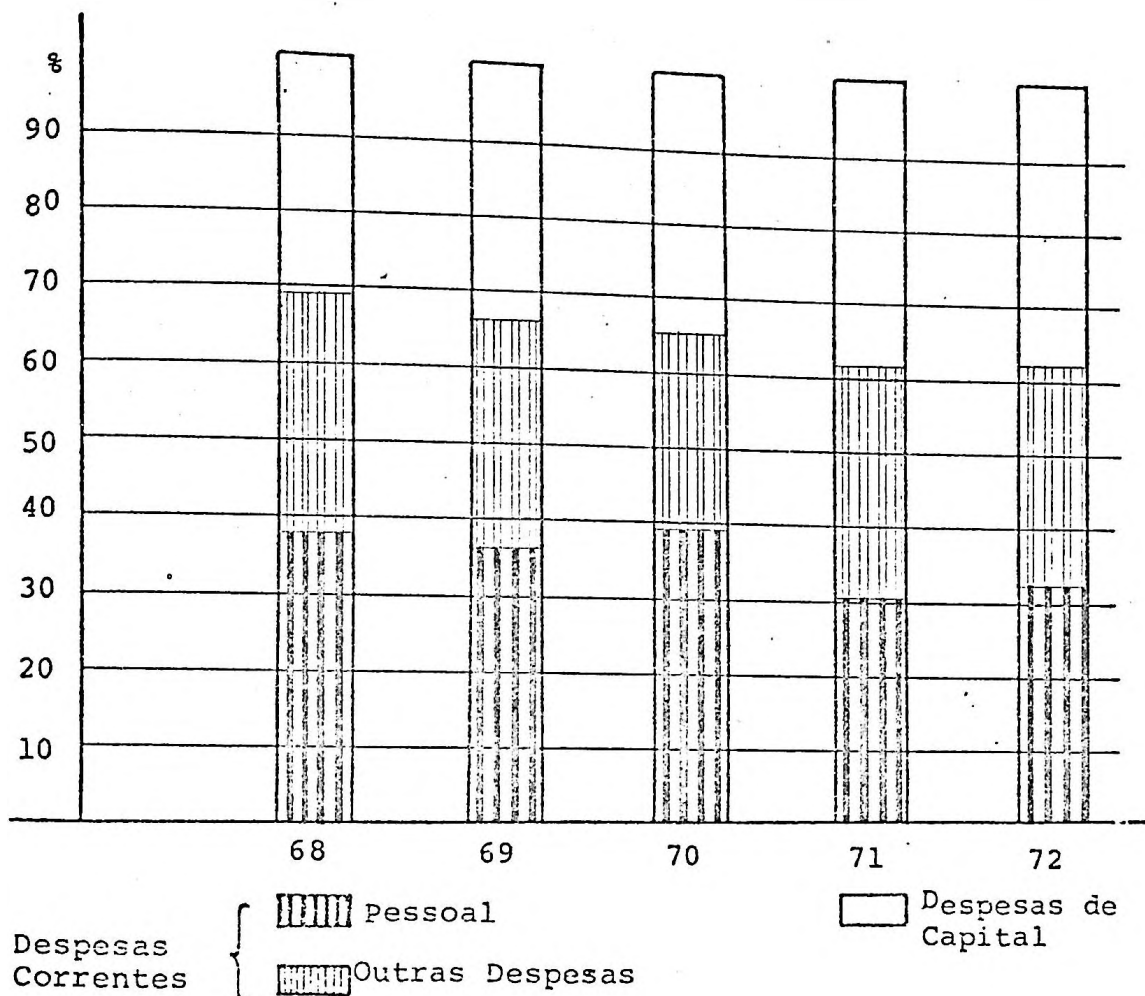
### 3.1.2. A Composição Percentual da Despesa Segundo as Categorias Econômicas

O ritmo de crescimento (realizado e previsto) mais acelerado das Despesas de Capital em relação às Despesas Correntes determinou, como evidencia o gráfico abaixo, um aumento da proporção das Despesas de Capital.

<sup>1/</sup> Tabelas PR - 3.2 e BR - 3.1

<sup>2/</sup> Tabela BR - 3.4

<sup>3/</sup> Tabela PR - 3.1



### 3.1.3. Despesas com Pessoal e Capital em Termos "Per-Capita"

As Despesas com Pessoal "per-capita" (realizadas e previstas) mostram-se em expansão no período 1968/72, passando de 57,10 Cr\$/hab. para 70,50 Cr\$/hab; no mesmo período os valores calculados para a Região Sul evoluem de 74,88 Cr\$/hab. para 87,23 Cr\$/hab.. Em termos relativos, os valores estaduais representam, respectivamente, 76% e 81% dos valores regionais, o que indica que a máquina administrativa do governo Estadual custa menos por habitante que a média regional.<sup>1/</sup>

<sup>1/</sup> Tabelas PR - 3.4 e BR - 3.2

As Despesas de Capital "per-capita", (realizadas e previstas), em termos reais, se elevam de 23,00 Cr\$/hab. para 82,20 Cr\$ / hab. no período 1968/72. No mesmo período, as Despesas de Capital "per-capita" calculadas para a Região Sul passaram de 52,04 Cr\$/hab para 90,73 Cr\$/hab. e, em termos relativos, os valores para o Estado representam, respectivamente, 44% e 91% dos valores para a Região. Dessa forma, o Governo Estadual pretende dispender em formação de Capital cifras por habitantes cada vez mais próximas das Regionais.<sup>1/</sup>

### 3.2 Despesas por Funções

Os setores Governo, Administração Geral e Financeira; Viação, Transportes e Comunicações e Educação e Cultura, respondem no conjunto, por mais de 60% de total de Despesas, O quadro a seguir, apresenta a participação relativa no total de Despesas, desses setores, em conjunto e sua posição individual:<sup>1/</sup>

- Em % do Total de Despesas-

SETORES ANOS	GOV. ADMINIST. GERAL E FINAN	VIAÇÃO TRANSP. COMUNICAÇÕES	EDUCAÇÃO E CULTURA	TOTAL
1968	18,4	19,3	23,4	61,1
1969	17,1	28,1	21,5	66,7
1970	15,9	27,0	25,7	68,6
1971	24,9	28,8	21,1	74,8
1972	28,7	24,2	22,1	75,0

Verifica-se pelo quadro acima que, tanto para os dados realizados como para os previsto, há uma tendência claramente definida em o governo concentrar recursos nessas funções.

<sup>1/</sup> Tabela PR - 3.3

#### 4. ANÁLISE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO E FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

##### 4.1 Equilíbrio Orçamentário

###### 4.1.1 Saldo Orçamentário <sup>1/</sup>

No Paraná, no período 1968/72, o Saldo em Conta Corrente (realizado e previsto) apresenta-se sempre positivo, significando que o Estado tem utilizado e (estima utilizar) Poupanças Correntes no financiamento das Despesas de Capital. O Saldo em Conta de Capital (realizado e previsto) apresenta-se sempre negativo no período 1968/72, o que significa a realização (e previsão de realização) de Despesas de Capital além das Receitas de Capital.

Dessa forma, o Saldo Orçamentário, como resultado que é do Saldo em Conta Corrente e de Capital, apresentou, em termos reais, um superavit em 1968 (Cr\$ 20,6 milhões) e deficit em 1969 e 1970 (Cr\$ 168,9 milhões e Cr\$ 68,4 milhões). No sub-período 1971/72, por se tratar de dados de Orçamento, há equilíbrio entre Receitas e Despesas.

###### 4.1.2 Saldo Orçamentário Efetivo <sup>2/</sup>

O Saldo Orçamentário Efetivo (realizado e previsto), em termos reais, apresenta um pequeno superavit em 1968 e deficit crescente nos anos restantes do período 1968/72. O quadro abaixo apresenta, em Cr\$ milhões de 1972, o Saldo Orçamentário Efetivo: <sup>3/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Deficit (-) ou					
Superavit (+)	+1,8	-202,3	-168,8	-284,2	-327,0

<sup>1/</sup> Saldo Orçamentário = Receitas - Despesas (Tabela PR- 4.1)

<sup>2/</sup> Saldo Orçamentário Efetivo = Saldo Orçamentário-Operações de Crédito

<sup>3/</sup> Tabela PR- 4.1

O Saldo Orçamentário Efetivo do Paraná em relação a sua Receita Total e o Saldo Orçamentário Efetivo calculado para a Região Sul, nos anos 1968, 1970 e 1972, medido em relação à receita Total da Região são apresentados no quadro abaixo:<sup>1/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Saldo Orçamentário Efetivo s/Receita (PR) (%) :	+0,2	-19,1	-14,2	-17,5	-19,4
Saldo Orçamentário Efetivo s/Receita (SUL) (%) :	-11,9	-	-5,5	-	-14,7

Verifica-se que o Paraná apresenta-se com tendência de agravamento do Deficit Orçamentário Efetivo.

O gráfico XIV, apresentado no Anexo I do volume 24, mostra para os Estados da Região Sul, o Saldo Orçamentário Efetivo como proporção da Receita Total.<sup>2/</sup>

#### 4.2. Financiamento das Despesas de Capital

O Saldo em Conta Corrente medido como percentagem da Receita Total é mostrado no quadro abaixo:<sup>3/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
SCC/Receita (%) :	+20,4	+17,6	+18,7	+18,2	+15,4

Observa-se que, tanto para os dados de Balanço como para os de Orçamento, o Estado tem podido contar com Poupanças Correntes no financiamento das Despesas de Capital e que estas Poupanças medidas em relação à Receita Total são significativas.

O gráfico XV, apresentado no Anexo I do volume 24, mostra para os anos 1968, 1970 e 1972, o Saldo em Conta Corrente em relação à Receita Total para os Estados da Região Sul, para a Região e para o conjunto dos Estados.<sup>4/</sup>

<sup>1/</sup> Tabelas PR - 4.2 e BR - 4.1

<sup>2/</sup> Tabela BR - 4.1

<sup>3/</sup> Tabela PR - 4.2

<sup>4/</sup> Tabela BR - 4.2

A participação das Poupanças Correntes do Governo no financiamento das Despesas de Capital (SCC/DK) mostrou-se significativa no sub-período 1968/70. No sub-período de Orçamento as estimativas indicam que sua participação será ainda significativa, porém se dará a níveis inferiores aos verificados no sub-período de Balanço. O quadro abaixo mostra sua participação percentual no financiamento das Despesas de Capital.<sup>1/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
SCC/DK (%) :	+ 69,0	+ 45,5	+ 51,8	+ 47,6	+ 41,1

As Receitas de Capital Efetivas<sup>2/</sup>, no sub-período 1968/70, tiveram uma participação no financiamento das Despesas de Capital - (RK - OC)/DK - significativa apenas em 1968 (31,6%), decaindo bastante nos anos restantes do sub-período (5,3% em 1969 e 8,8% em 1970). No sub-período 1971/72 as estimativas implicam em que sua participação se dará, também, a níveis pouco elevados (em média 7% no sub-período).

O percentual de Despesas de Capital cobertas por Operações de Crédito (OC/DK) elevou-se substancialmente no último ano do sub-período 1968/70 e no sub-período 1971/72, estima-se incrementos ainda mais substanciais. O quadro abaixo mostra os percentuais para o período 1968/72:<sup>3/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
OC/DK (%) :	6,6	8,1	23,4	45,7	51,6

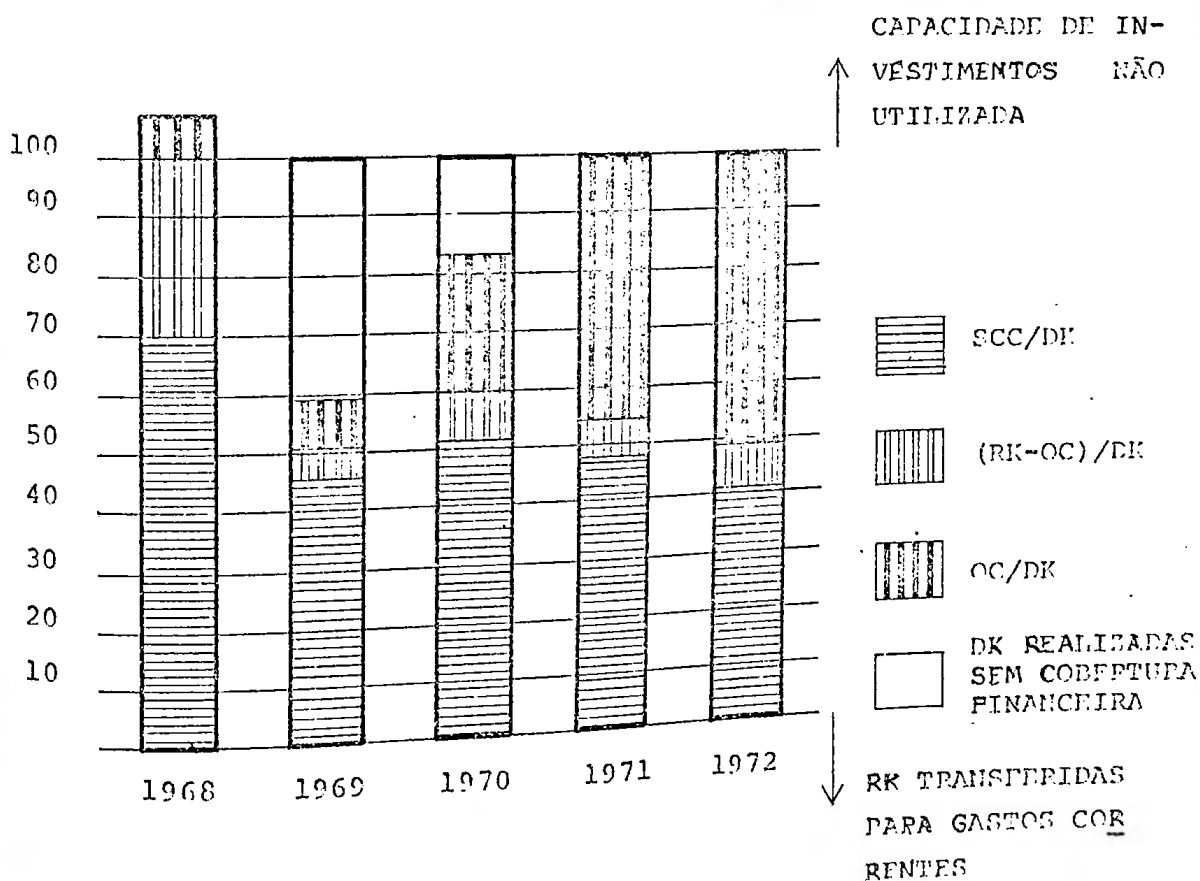
<sup>1/</sup> Tabela PR - 4.3

<sup>2/</sup> Receitas de Capital Efetivas = Receitas de Capital - Operações de Crédito (Tabela PR - 4.3)

<sup>3/</sup> Tabela PR - 4.3

Quanto à utilização dos recursos financeiros disponíveis em Despesas de Capital, verificou-se que em 1968 o Estado poderia ter realizado gastos de Capital em 7,2% mais elevados dos que efetivamente realizou; em 1969 e em 1970 verificou-se que o Estado dispendeu, em termos percentuais das Despesas de Capital efetivadas, 41,1% e 16,0%, respectivamente, além da sua disponibilidade em recursos financeiros. No sub-período 1971/72, por se tratar de dados Orçamentários, estima-se que as Despesas de Capital sejam realizadas exatamente de acordo com a disponibilidade de recursos.

O gráfico abaixo mostra a composição do financiamento das Despesas de Capital:



5.1 Composição da Dívida

Sobre a Dívida Fundada Externa se dispõe de informações apenas para o ano de 1970: Cr\$ 142,2 milhões de 1972 representando 21,8% do Total das Dívidas para este ano. Quanto à Dívida Interna observa-se um crescimento persistente da Dívida Flutuante, tanto em valor absoluto como relativo, e conseqüente redução na participação da Dívida Fundada Interna, que decresce também em valor absoluto, como se observa no quadro abaixo:<sup>1/</sup>

Em Cr\$ milhões de 1972 e  
em Percentagem da Dívida Interna

ANOS	DÍVIDA	FUNDADA INTERNA		FLUTUANTE	
		Cr\$	(%)	Cr\$	(%)
1968		7,5	3,5	206,7	96,5
1969		4,4	1,3	346,3	98,7
1970		3,9	0,8	506,4	99,2

5.2 Relação entre a Dívida e a Receita

Um bom indicador de processo de endividamento estadual, conforme se apresenta no quadro abaixo consiste na relação entre a Dívida e as Receitas:<sup>2/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>
Dívida/Receita Total (%):	22,1	33,1	54,9
Dívida/Receita Própria (%):	24,4	34,3	57,8

Observa-se que a Dívida medida em relação às Receitas apresentada percentuais crescentemente significativos.

O gráfico XVI, apresentado no Anexo I do vol. 24, mostra, para os anos 1968, 1969 e 1970, a relação entre a Dívida e a

<sup>1/</sup> Tabela PR- 5.1

<sup>2/</sup> Tabela PR- 5.2



Receita Total para os Estados da Região Sul e para a Região.<sup>1/</sup>

### 5.3 Serviço da Dívida<sup>2/</sup>

As Amortizações, em termos reais, apresentaram-se com valores pouco significativos no sub-período 1968/70. No sub-período 1971/72 são previstos valores bem mais expressivos (Cr\$ 37,0 milhões em 1971 e Cr\$ 40,8 milhões em 1972).<sup>3/</sup>

Os Juros em termos reais, do mesmo modo que as Amortizações, apresentaram-se com valores pouco relevantes no sub-período 1968/70 e, no sub-período 1971/72, são previstos valores mais significativos (Cr\$ 11,9 milhões em 1971 e Cr\$ 37,9 milhões em 1972).<sup>4/</sup>

Dessa forma, o Serviço da Dívida, em termos reais, se apresenta com os valores mostrados no quadro abaixo:<sup>4/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Serviço da Dívida -					
(Cr\$ milhões de 1972):	2,2	6,8	4,3	48,9	78,7

O Serviço da Dívida medido em relação à Receita Total e às Receitas Próprias apresenta os seguinte percentuais:<sup>5/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Serviço da Dívida/ Receita Total:	0,2	0,6	0,4	3,0	4,7
Serviço da Dívida/ Receitas Próprias:	0,2	0,7	0,4	3,1	4,9

<sup>1/</sup> Tabela PR - 5.1

<sup>2/</sup> Serviço da Dívida = Amortizações + Juros.

<sup>3/</sup> Tabela PR - 5.3

<sup>4/</sup> Tabela PR - 5.5

<sup>5/</sup> Tabela PR - 5.5

D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### ESTADO DO PARANÁ

1. Encontro Nacional de Secretários de Planejamento - Notas taquigráficas das reuniões. "Estado do Paraná - comunicação ' sobre planejamento." Brasília, 15 a 17/12/1971. 5 p.
2. Balanço Geral do Estado relativo ao exercício de 1969. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Curitiba, s.d.
3. Balanço Geral do Estado relativo ao exercício de 1970. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Curitiba, s.d.
4. Orçamento Geral do Estado, exercício de 1971 e orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1971-1973. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda - Diretoria Central de Orçamento. Curitiba, 1971. 195 p.
5. Proposta de orçamento geral do Estado para o exercício financeiro de 1972. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda - Diretoria Central de Orçamento. Curitiba, 1971.
6. Proposta de orçamento plurianual de investimentos para o triênio 1972-1974. Curitiba, 1971
7. Revista de Finanças Públicas. Cons. Tec. Econ. e Fin. - Ministério da Fazenda - Vols. 290/301.

E - ANEXOS

ANEXO I - O PLANEJAMENTO ESTADUAL

## O PLANEJAMENTO ESTADUAL NO PARANÁ

### 1 ANTECEDENTES

1.1 A situação particular do Estado com o Secretário de Planejamento tendo assumido as funções dois dias antes do Encontro, impediram a apresentação dos textos e documentos pedidos. Algumas notas de sua exposição permitem uma vaga idéia do planejamento do Estado.

Não foi ainda montado no Paraná um sistema de planejamento e coordenação organicamente estruturado, nem possui seu governo um plano de desenvolvimento global devidamente elaborado. Atribui-se esta situação às características próprias da evolução do Estado no último decênio. As grandes reivindicações sociais traduziram-se em políticas de investimento setoriais definidas, de objetivos concretos, para cuja formulação e execução um sistema de planejamento não foi julgado condição necessária, dado o nível de recursos disponíveis.

Estes motivos são apontados para o fato de que o único órgão de planejamento no Estado, a Comissão do Plano de Desenvolvimento Economico do Paraná-PLADEP, criada pela Lei 2.431, de 3 de setembro de 1955, nunca ter sido mais do que um órgão de estudos. Sobrevivendo ainda, após sucessivas modificações, não desempenha qualquer função de planejamento propriamente dito.

Em 1962 foi criada a Companhia de Desenvolvimento Economico do Paraná - CODEPAR, empresa de economia mista, com a finalidade principal de aplicar o Fundo de Desenvolvimento Economico instituido pelo governo estadual. Essa Companhia chamou a si a preocupação do Governo em coordenar o desenvolvimento economico do Estado. O Plano de Governo de 1965 foi coordenado pela CODEPAR. Em 1968 essa Companhia foi transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná SA-BADEP, que continuou atuando efetivamente nos traba-lhos de planejamento e de estudos econômicos.

Constatada, nos últimos anos da década, que deixaram de existir as condições que tornaram o planejamento desnecessário, o governo empossado em março de 1970 organizou um escritório de estudos e de planejamento, que realizou uma série de trabalhos de preparação da ação governamental. Foram feitos um diagnóstico da situação administrativa, um breve diagnóstico da economia estadual, diversos planos setoriais de metas e intenções e um documento geral de intenções. Foi esquematizado um sistema de planejamento associado à execução financeira, que deveria ser o eixo principal de funcionamento do governo na área economico-financeira.

O sistema previa um entrosamento funcional de diversas entidades, cada uma com seu papel específico, tendo como centro um órgão colegiado dotado de aparelho executivo. Algumas dessas entidades deveriam ser criadas, enquanto outras surgiriam de reformas ou simples modificações em organismos já existentes. Até este momento o sistema não foi montado, o que deixou o Estado sem um órgão de planejamento e coordenação.

O Governo que se instalou em 1970 teve oportunidade de trabalhar, durante oito meses, em um plano que até hoje não foi divulgado, plano esse bem desenvolvido nas áreas setoriais. Entretanto, a compatibilização dele não foi possível, por motivos atribuídos ao seu alcance que seria para uma década e ao perfeccionismo procurado. O Plano, que se encontrava com sua elaboração bastante adiantada, não deve ser oficializado pelo novo governo. Devem ser introduzidas algumas alterações de filosofia e de metas de intenções setoriais. O Governo atual, recentemente empossado, iniciou uma revisão geral de métodos e objetivos, ao mesmo tempo em que procurará completar o seu plano.

1.2 O trabalho apresentado cita um plano que teria sido apresentado em 1965 mas não faz maiores considerações.

1.3 a

1.5 Não foi realizado trabalho de avaliação de experiências anteriores de planejamento.

## 2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DO PLANEJAMENTO

### 2.1 a

2.3 Pela exposição ainda existiria a Comissão do Plano de Desenvolvimento Economico do Paraná - PLADEP, que, entretanto, não estaria desempenhando função de planejamento, O Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A, BADEP atuaria em trabalhos de planejamento . Contudo, resulta do trabalho apresentado a constatação de que não existe um sistema de planejamento do Paraná, apenas a intenção de criá-lo.

## 3 QUADRO ATUAL DE PLANEJAMENTO

A situação especial de mudança recente de Governo impediu que o Estado prosseguisse os trabalhos do plano que estava em elaboração. Consta a iniciativa de apresentar no mais breve prazo um novo plano de desenvolvimento estadual, (abril/maio 1972).



ANEXO II - SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELAS

RESUMO ORÇAMENTÁRIO

Cr\$ milhões correntes

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A					
	CORRENTE		CAPITAL		TOTAL		CORRENTE		CAPITAL		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1 9 6 8	438,1	88,7	55,8	11,3	493,9	100,0	337,2	69,8	146,2	30,2	483,5	100,0
1 9 6 9	618,3	94,8	33,8	5,2	652,1	100,0	503,2	66,6	252,7	33,4	755,9	100,0
1 9 7 0	774,3	88,4	101,7	11,6	876,0	100,0	610,7	65,9	315,7	34,1	926,4	100,0
1 9 7 1	1.163,2	80,0	291,2	20,0	1.454,4	100,0	898,3	61,8	556,1	38,2	1.454,4	100,0
1 9 7 2	1.310,7	77,8	373,6	22,2	1.684,3	100,0	1.050,5	62,4	633,8	37,6	1.684,3	100,0
MÉDIA (*) 68/72	-	85,9	-	14,1	-	100,0	-	65,3	-	34,7	-	100,0

FONTES: Veja termos de referência do trabalho

NOTA: (\*) - Média simples

RESUMO OPCIONÁRIO

Cr\$. milhões de 1972\*

A N O	R E C E I T A			D E S P E S A		
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
1 9 6 8	859,0	109,4	968,4	661,2	286,7	947,9
1 9 6 9	1.005,4	55,0	1.060,4	818,2	410,9	1.229,1
1 9 7 0	1.050,6	138,0	1.188,6	828,6	428,4	1.257,0
1 9 7 1	1.301,1	325,7	1.626,8	1.004,8	622,0	1.626,8
1 9 7 2	1.310,7	373,6	1.684,3	1.050,5	633,8	1.684,3

FONTE: Tabela 1.1

(\*) - Índices utilizados: 1968/70 - Índice Geral de Preços - "CONJUNTURA ECONÔMICA", set.71.

1971 - Índice Geral de Preços - Médias dos Meses Junho e Julho

1972 - Hipótese Inflacionária de 12%

RESUMO ORÇAMENTÁRIO  
ÍNDICE E TAXAS DE CRESCIMENTO

1968 = 100

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A					
	CORRENTE		CAPITAL		TOTAL		CORRENTE		CAPITAL		TOTAL	
	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %
1 9 6 8	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-
1 9 6 9	117	+ 17	50	- 49,7	110	+ 9,5	124	+ 23,7	143	+ 43,3	130	+ 29,7
1 9 7 0	122	+ 4,5	126	+ 150,9	123	+ 12,1	125	+ 1,3	149	+ 4,3	133	+ 2,3
1 9 7 1	151	+ 23,8	298	+ 136,0	168	+ 36,9	152	+ 21,3	217	+ 45,2	172	+ 29,4
1 9 7 2	153	+ 0,7	341	+ 14,7	174	+ 3,5	159	+ 4,5	221	+ 1,9	178	+ 3,5

FONTE: Tabela 1.2

## DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões correntes

A N O	RECEITA		R E C E I T A S						P R Ó J E T O S						T R A N S F E R Ê N C I A S					
	TOTAL		I C M		O P E R A Ç Õ E S D E C R É D I T O		O U T R A S		TOTAL		C O R R E N T E S		C A P I T A L		TOTAL					
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
1968	493,9	100,0	401,6	81,3	9,6	1,9	35,8	7,2	447,0	90,5	0,8	0,2	46,1	9,3	46,9	9,5				
1969	652,1	100,0	554,2	85,0	20,5	3,1	53,4	8,2	628,1	96,3	10,9	1,7	13,1	2,0	24,0	3,7				
1970	876,0	100,0	665,4	76,0	74,0	8,4	92,4	10,6	831,8	95,0	16,7	1,9	27,5	3,1	44,2	5,0				
1971	1.454,4	100,0	1.022,7	70,3	254,1	17,5	118,3	8,1	1.395,1	95,9	22,9	1,6	36,4	2,5	59,3	4,1				
1972	1.684,3	100,0	1.075,6	63,9	327,0	19,4	206,2	12,2	1.608,8	95,5	29,5	1,8	46,0	2,7	75,5	4,5				
MÉDIA(*) 68/72	-	100,0	-	75,3	-	10,1	-	9,3	-	94,7	-	1,4	-	3,9	-	5,3				

Fonte: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (\*) - Média simples

## DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões de 1972\*

ANO	RECEITA		RECEITAS PRÓPRIAS						TRANSFERÊNCIAS							
	TOTAL		IÇM		OPERAÇÕES DE CRÉDITO		OUTRAS		TOTAL		CORRENTES		CAPITAL		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
68	966,4	-	767,4	-	16,8	-	70,2	-	676,4	-	1,6	-	90,4	-	92,0	-
69	1.060,4	9,5	901,2	14,4	33,4	77,1	66,6	23,7	1.021,4	16,5	17,7	1006,3	21,3	-76,4	-57,8	
70	1.166,6	12,1	902,8	0,2	100,4	201,5	125,4	44,5	1.128,6	10,5	22,7	26,3	37,3	75,1	60,0	53,9
71	1.626,8	36,9	1.144,0	26,7	284,2	183,1	132,3	5,5	1.560,5	38,3	25,6	12,0	40,7	9,1	66,3	10,5
72	1.664,3	3,5	1.075,6	-0,6	327,0	15,1	206,2	55,9	1.608,8	3,1	29,5	15,2	46,0	13,0	75,5	13,0

Fonte: Tabela 2.1

Nota: (\*) - Vide nota de rodapé da Tabela 1.1.

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA

NA RECEITA TOTAL SEGUNDO A ORIGEM

(Cr\$ milhões correntes)

Receita Total = 100,0 %

A N O	FUNDO DE PARTI- CIPAÇÃO DOS ES- TADOS		FUNDO ESPECIAL		TOTAL DOS FUNDOS		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968	40,9	8,3	-	-	40,9	8,3	6,0	1,2	46,9	9,5
1969	21,8	3,3	-	-	21,8	3,3	2,2	0,4	24,0	3,7
1970	33,4	3,8	10,8	1,2	44,2	5,0	-	-	44,2	5,0
1971	45,8	3,1	-	-	45,8	3,1	13,5	1,0	59,3	4,1
1972	59,0	3,5	-	-	59,0	3,5	16,5	1,0	75,5	4,5
MÉDIA(*) 68/72	-	4,4	-	0,2	-	4,6	-	0,7	-	5,3

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (\*) - Média simples

## RECEITA "PER CAPITA" (\*) A PREÇOS DE 1972

A N O	RECEITA TOTAL "PER - CAPITA"		RECEITA PRÓPRIA "PER - CAPITA"		TRANSFERÊNCIAS "PER CAPITA"	
	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %
1968	152,60	-	138,10	-	14,50	-
1969	159,20	+ 4,3	153,30	+ 11,0	5,90	- 59,3
1970	169,90	+ 6,7	161,30	+ 5,2	8,60	+ 45,8
1971	221,30	+30,3	212,30	+ 31,6	9,00	+ 4,7
1972	218,40	- 1,3	208,60	- 1,8	9,60	+ 6,7

FONTE: Tabela 2.2

(\*) - População - Veja termos de referência do trabalho



DESPESAS

P R

DEMONSTRATIVO SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

3.1

Cr\$ milhões correntes

A N O	D E S P E S A S										T O T A L					
	C O R R E N T E S					S U B - T O T A L					C A P I T A L		T O T A L			
	P E S S O A L		O U T R A S			V A L O R		V A L O R			V A L O R		V A L O R		%	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1968	185,0	38,3	152,2	31,5	337,2	69,8	146,2	30,2	483,4	100,0						
1969	278,3	36,8	224,9	29,8	503,2	66,6	252,8	33,4	756,0	100,0						
1970	365,3	39,4	245,4	26,5	610,7	65,9	315,7	34,1	926,4	100,0						
1971	445,8	30,7	452,5	31,1	898,3	61,8	556,1	38,2	1.454,4	100,0						
1972	544,0	32,3	506,5	30,1	1.050,5	62,4	633,8	37,6	1.684,3	100,0						
MÉDIA * 68/72	-	35,5	-	29,8	-	65,3	-	-	-	34,7	-	-	-	-	-	100,0

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Demais: Tabela 1.1

DESPESADEMONSTRATIVOS SEGUNDC AS CATEGORIAS ECONÓMICAS

Cr\$ milhões de 1972 (\*)

A N O	D E S P E S A S			C A P I T A L	T O T A L
	C O R R E N T E S		S U B - T O T A L		
	P E S S O A L	O U T R A S			
1968	362,7	298,5	661,2	286,7	947,9
1969	452,5	365,7	818,2	411,1	1.229,3
1970	495,7	332,9	828,6	428,4	1.257,0
1971	498,7	506,1	1.004,8	622,0	1.626,8
1972	544,0	506,5	1.050,5	633,8	1.684,3

Fonte: Tabela 3.1

Observação: Para a transformação em valores a preços correntes, foram utilizados os índices referidos no rodapé da Tabela 1.2.

DESPESA SEGUNTO AS FUNÇÕES

Cr\$ milhões correntes

P R
3.3

A N O	F U N C I O E S														B E M E S T A R S O C I A L		T O T A L	
	G O V . A D M . G E R A L E F I N .		R E C U R S O S N A T . e A G R O - P E C U A R I O S		V I A Ç Ã O , T R A N S P O R T E E C O M U N I C A Ç Ã O S		I N D Ú S T R I A E C O M É R C I O		E D U C A Ç Ã O E C U L T U R A		D E F E S A E S E G U R A N Ç A		S A Ú D E E S E R V I Ç O S U R B A N O S		B E M E S T A R S O C I A L			
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		VALOR
1968	88,8	18,4	57,2	11,8	93,4	19,3	1,0	0,2	113,3	23,4	38,7	8,0	29,3	6,1	61,8	12,8	483,5	100,
1969	129,0	17,1	64,7	8,6	212,2	28,1	1,5	0,2	162,4	21,5	59,8	7,9	41,2	5,4	85,1	11,2	755,9	100,
1970	147,8	15,9	68,4	7,4	250,1	27,0	1,6	0,2	237,9	25,7	78,4	8,5	41,7	4,5	100,6	10,8	926,5	100,
1971	361,7	24,9	98,6	6,8	419,1	28,8	2,4	0,2	307,8	21,1	115,9	8,0	57,2	3,9	91,7	6,3	1.454,4	100,
1972	484,0	28,7	83,0	4,9	407,5	24,2	3,2	0,2	372,1	22,1	133,0	7,9	83,1	5,0	118,4	7,0	1.684,3	100,
MÉDIA (*)	-	21,0	-	7,9	-	25,5	-	0,2	-	22,8	-	6,1	-	5,0	-	9,6	-	100,

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (\*) - Média simples

COMPORTAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL  
E CAPITAL EM TEMOS "PER CAPITA"

A N O	P E S S O A I,		.C A P I T A L		Δ %
	VALOR	ÍNDICE	VALOR	ÍNDICE	
1968	57,10	100	23,00	100	-
1969	67,90	119	37,90	165	+ 64,8
1970	70,80	124	45,10	196	+ 19,0
1971	67,90	119	75,80	330	+ 68,1
1972	70,50	123	82,20	357	+ 8,4

FONTE: Tabela 3.2  
População: Veja termos de referência do trabalho

EVOLUÇÃO DO DEFICIT OU SUPERAVIT

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SALDO CONTA CORRENTE (A)	SALDO CONTA CAPITAL (B)	DEFICIT OU SUPERAVIT ORÇAMENTARIO (C = A + B)	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (D)	DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO E- FETIVO (E = C - D)
1 9 5 8	+ 100,9	- 90,4	+ 10,5	9,6	+ 0,9
1 9 6 9	+ 115,1	- 219,0	- 103,9	20,5	-124,4
1 9 7 0	+ 163,6	- 214,0	- 50,4	74,0	-124,4
1 9 7 1	+ 264,9	- 264,9	0,0	254,1	-254,1
1 9 7 2	+ 260,2	- 260,2	0,0	327,0	-327,0

FORNE: Tabelas 1.1  
2.7

P R
4.2

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SALDO EM CONTA CORRENTE

E DO DEFICIT OU SUPERAVIT

A N O	SALDO EM CONTA CORRENTE		DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO EFETIVO	
	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)
1 9 6 8	+ 20,4	+ 69,0	+ 0,2	- 0,6
1 9 6 9	+ 17,6	+ 45,5	- 19,1	- 49,2
1 9 7 0	+ 18,7	+ 51,8	- 14,2	- 39,4
1 9 7 1	+ 18,2	+ 47,6	- 17,5	- 45,7
1 9 7 2	+ 15,4	+ 41,1	- 19,4	- 51,6
MÉDIA(*) 68/72	+ 18,1	+ 51,0	- 14,0	- 37,3

FONTE: Tabelas 1.1  
4.1

NOTA: (\*) - Média simples

FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

(Em percentagens)

Fontes ANOS	(SCC / DK)	(RK - OC) / DK	(SO/DK) (-1)	(OC / DK)	T O T A L
1968	+69,0	31,6	-7,2	6,6	100,0
1969	+45,5	5,3	+41,1	8,1	100,0
1970	+51,8	8,8	+16,0	23,4	100,0
1971	+47,6	6,7	-	45,7	100,0
1972	+41,1	7,3	-	51,6	100,0
MÉDIA 68/72(*)	+51,0	11,9	+10,0	27,1	100,0

(\*) - Média Simples

- Símbolos: DK - Despesas de Capital  
 SCC - Saldo em Conta Corrente (Poupança do Governo)  
 RK - Receitas de Capital  
 SO - Saldo Orçamentário  
 OC - Operações de Crédito

- (+) Despesas de Capital Realizadas sem cobertura financeira.  
 (-) Capacidade de Investimentos não utilizada.

FONTES: Tabelas 1.1  
 4.1

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA

A N O	D Í V I D A I N T E R N A						DÍVIDA FUNDADA EXTERNA		TOTAL DAS DÍVIDAS	
	FUNDADA		FLUTUANTE		TOTAL		Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)
	Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)				
1 9 6 8	3,8	3,5	105,4	96,5	109,2	100,0	-	-	109,2	100,0
1 9 6 9	2,7	1,3	213,0	98,7	215,7	100,0	-	-	215,7	100,0
1 9 7 0	2,9	0,6	373,2	77,6	376,1	78,2	104,8	21,8	480,9	100,0

· FONTE: Veja termos de referência do trabalho

P R

5.1



POSICÃO DA DÍVIDA TOTAL

A N O	EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL (%)	EM RELAÇÃO A RECEITA PRÓPRIA (%)	EM RELAÇÃO AOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO (%)
1 9 6 8	22,1	24,4	70,0
1 9 6 9	33,1	34,3	145,3
1 9 7 0	54,9	57,8	181,5

FONTES: Receita Total e Receita Própria: Tabela 2.1

Dívida: Tabela 5.1

Recursos Disponíveis para o Investimento: Tabela 5.4

PR
5.3

AMORTIZAÇÕES E SUA POSIÇÃO RELATIVA NO ORÇAMENTO

Cr\$ milhões correntes

A N O	AMORTIZAÇÕES TOTAIS	A M O R T I Z A Ç Õ E S T O T A I S E M R E L A Ç ã O A: (%)			
		Receita Total	Receitas Próprias	Operações de Crédito	Despesas de Capital
1968	0,6	0,1	0,1	6,3	0,4
1969	0,4	0,06	0,06	2,0	0,3
1970	0,4	0,04	0,04	0,5	0,1
1971	33,1	2,3	2,4	13,0	6,0
1972	40,8	2,4	2,5	12,5	6,4
MÉDIA(*) 68 / 72	—	1,0	1,0	6,9	2,6

FONTES: Amortização: Veja termos de referência do trabalho  
 Receitas Total e Próprias, e Operações de Crédito: Tabela 2.1  
 Despesas de Capital: Tabela 3.1

NOTA: (\*) - Média Simples

RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO

Cr\$ milhões; correntes

	SALDO EM CONTA CORRENTE + RE- CEITA DE CAPITAL	AMORTIZAÇÃO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMEN- TO EM RELAÇÃO A RECEITA
	(A)	(B)	( C = A - B )	(%)
1968	156,7	0,6	156,1	31,6
1969	148,9	0,4	148,5	22,8
1970	265,3	0,4	264,9	30,2
1971	556,1	33,1	523,0	36,0
1972	633,8	40,8	593,0	35,2

FONTES: Receita de Capital: Tabela 1.1

Saldo em Conta Corrente: Tabela 4.5

Amortização: Tabela 5.3

SERVICO IA DÍVIDA

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SERVIÇO DA DÍVIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA EM RELAÇÃO A:		
	AMORTIZAÇÕES	JUROS	TOTAL	RECEITA TOTAL (3)	RECEITA PRÓPRIA (3)	RECURSOS DISPONÍVEIS P/ INVESTIMENTO (3)
1 9 6 8	0,6	0,5	1,1	0,2	0,2	0,7
1 9 6 9	0,4	3,8	4,2	0,6	0,7	2,8
1 9 7 0	0,4	2,8	3,2	0,4	0,4	1,2
1 9 7 1	33,1	10,6	43,7	3,0	3,1	8,4
1 9 7 2	40,8	37,9	78,7	4,7	4,9	13,3

FONTES: Receitas: Tabela 2.1

Recursos Disponíveis: Tabela 5.4

Juros: Veja termos de referência do trabalho

